

Movimentos Socioterritoriais nos Territórios de Identidade do Sisal e Piemonte da Diamantina

Rafael Reis Bacelar Antón¹; Oriana Araújo².

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduando em Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: rafael.rbanton@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia/ Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV), Universidade Estadual de Feira de Santana, email: orianageo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Território de identidade; Movimentos sociais; Bahia

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido apresenta uma parte das conclusões do relatório final de pesquisa de iniciação científica intitulado Movimentos Socioterritoriais nos Territórios de Identidade da Bahia (Antón e Araújo, 2013) e integra o projeto denominado Caracterização geográfica dos territórios de identidade da Bahia.

A partir de estudos acerca do espaço rural e movimentos sociais, este trabalho consiste em uma investigação sobre os movimentos sociais de luta pela terra, nos seguintes territórios de identidade, que foram instituídos pelo Governo da Bahia, no mandato Jacques Wagner (2006-2010) como uma nova forma de regionalização no estado: **Piemonte da Diamantina**, constituído por 9 (nove) municípios (Caém, Capim Grosso, Jacobina, Mirangaba, Ouro-lândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova) e **Sisal**, constituído por 20 (vinte) municípios (Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichú, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente).

O espaço rural baiano revela um crescente processo de concentração fundiária, decorrente de um modelo de desenvolvimento herdeiro dos grandes latifúndios coloniais, alguns hoje transmutados em 'agronegócio', que produzem grandes desigualdades socioeconômicas e expropriam os camponeses. Espera-se, com este trabalho, fomentar outras discussões referentes aos movimentos sociais não somente na área investigada como em contextos mais gerais, desde o estado da Bahia até uma perspectiva nacional.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização dessa pesquisa, primeiramente foi elaborado o referencial teórico-conceitual, contendo discussões de autores diversos, realizadas em momentos diversos, partindo de concepções clássicas até idéias novas relativas ao espaço rural e à dinâmica de ação dos movimentos socioterritoriais no campo.

Após a elaboração do referencial teórico-conceitual, foram coletados dados censitários (IBGE, 2010) referentes à quantidade de população total, urbana e rural dos territórios investigados e municípios integrantes, com devido destaque à presença e espacialização da população rural, alvo da análise desta pesquisa. Esses dados foram sistematizados e tabulados, sendo elaborados gráficos e tabelas ilustrativas para organizar a exposição dos mesmos.

Além disso, utilizou-se a base de dados do GeografAR (UFBA, 2011), fundamental para a realização da pesquisa, por conter informações referentes à existência, quantidade e

especialização dos movimentos sociais de luta pela terra em todo o estado da Bahia, contemplando a área investigada.

Essa base de dados espacializa diversas formas de acesso à terra em todo o estado. Nesta pesquisa, nos dedicamos àquelas que consideramos mais relevantes para a análise, e essas informações foram tabuladas. Foram investigadas as informações sobre acampamentos, assentamentos de reforma agrária, comunidades de fundo e fecho de pasto, associações, sindicatos e grupos de pescadores e comunidades negras rurais e quilombolas.

As informações neste trabalho referem-se à sua existência ou não, e em qual quantidade, nos 30 municípios investigados nesta pesquisa. Estas informações são fundamentais para este trabalho pois indicam a presença dos movimentos elencados, permitindo uma maior precisão e objetividade nas análises, bem como evidenciando a existência e ação destes movimentos, o que pode auxiliar-lhes na realização dos seus objetivos.

Sequencialmente, foram coletadas informações sobre o índice de Gini, que classifica a concentração fundiária brasileira em notas numéricas que vão de 0 a 1, de modo que uma maior proximidade com o número 1 representa um maior coeficiente de concentração de terras. A relevância desta análise se dá por conta da relação indissociável entre o modelo da estrutura fundiária brasileira, que permite e valoriza a existência de latifúndios, e a presença dos movimentos sociais no campo, que representam a parcela de população expropriada do acesso à terra para a vida rural e produção agropecuária.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da consulta às informações referentes à população, com base nos dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010), foram elaborados os gráficos 1 e 2, contendo dados referentes à distribuição da população por situação de domicílio - urbana e rural -, bem como à área total e densidade demográfica de cada município investigado. Observa-se que a população rural no Território do Sisal (57%) é maior que a do Piemonte da Diamantina (36%).

Gráfico 1

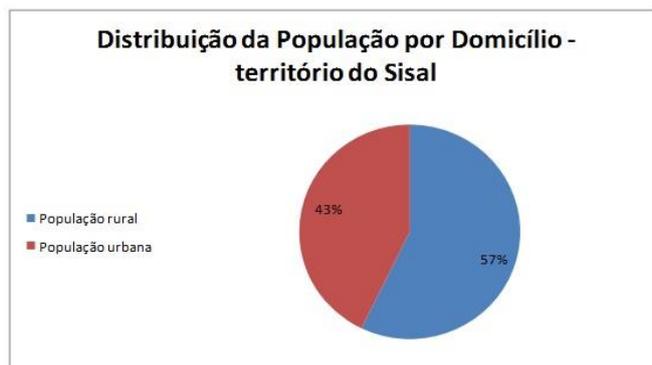
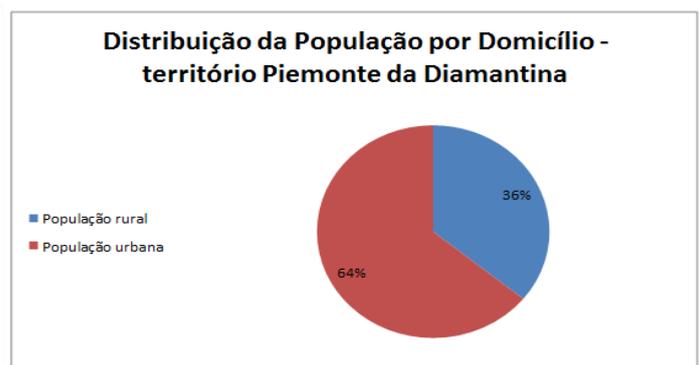


Gráfico 2



Foram elaboradas tabelas temáticas contendo dados quanto à existência e quantidade de movimentos socioterritoriais registrados na base de dados do GeografAR (UFBA, 2011), bem como o índice de Gini aplicado à estrutura fundiária, nos dois territórios de identidade investigados. As tabelas contém informações sobre as naturezas dos movimentos, especificadas na seção Materiais e Métodos, organizados por município.

Conforme a tabela 1, o território Piemonte da Diamantina apresenta um significativo índice de Gini para concentração fundiária (média de 0,742), e um total de 32 movimentos sociais cadastrados na base de dados utilizada na investigação (Geografar, 2011). Estes

números são expressivos, ainda mais se considerarmos a pequena quantidade de municípios e de população neste território.

Tabela 1 – Movimentos socioterritoriais no Território Piemonte da Diamantina, Bahia (2011).

| TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA - BAHIA | | | | | | |
|--|----------------|-------------------------------|--|---------------|--------------|---------------------------|
| Município | Índice de Gini | Comunidades de fundo de pasto | Comunidades rurais negras ou quilombolas | Assentamentos | Acampamentos | Associações de pescadores |
| Saúde | 0,822 | | 1 | | | |
| Jacobina | 0,793 | | 3 | 3 | 4 | |
| Mirangaba | 0,768 | | 14 | | | |
| Várzea Nova | 0,747 | | 1 | | | |
| Caém | 0,742 | | 3 | 1 | | |
| Capim Grosso | 0,742 | | | | | |
| Umburanas | 0,742 | 2 | | | | |
| Ourolândia | 0,68 | | | | | |
| Serrolândia | 0,638 | | | | | |

Fonte: GeografAR, UFBA, 2011

Elaboração: ANTON, Rafael (2013).

A expressividade dos números aumenta ainda mais quando se considera que a população do território é predominantemente urbana, o que indica que, além de a população rural ser pequena, uma grande parte dela encontra-se em luta por territórios. Apesar disso, destaca-se que no município de Saúde, onde há maior concentração de terra do Piemonte da Diamantina (0,822), não há nenhum acampamento ou assentamento rural. Entretanto, Jacobina – que é um município de porte médio na rede urbana baiana, apresenta 4 acampamentos e 3 assentamentos rurais, o que denota a maior mobilização em torno da luta pelo acesso à terra nesse município.

Tabela 2 – Movimentos socioterritoriais no Território do Sisal, Bahia (2011)

| TERRITÓRIO DO SISAL - BAHIA | | | | | | |
|------------------------------------|----------------|-------------------------------|--|---------------|--------------|---------------------------|
| Município | Índice de Gini | Comunidades de fundo de pasto | Comunidades rurais negras ou quilombolas | Assentamentos | Acampamentos | Associações de pescadores |
| Serrinha | 0,82 | | | | 1 | |
| Lamarão | 0,797 | | 1 | | | 4 |
| Queimadas | 0,797 | | | 1 | 4 | |
| Conceição do Coité | 0,789 | | 1 | 1 | 1 | |
| Araci | 0,783 | | | | 1 | |
| Santaluz | 0,775 | | | 5 | 7 | |
| Cansanção | 0,77 | | | 4 | | |
| Biritinga | 0,768 | | | 1 | 2 | 2 |
| Nordestina | 0,761 | | 1 | | | |
| Candeal | 0,749 | | | | | |
| Barrocas | 0,742 | | | | | |
| Tucano | 0,742 | | | 8 | 4 | |
| Ichú | 0,727 | | | | | |
| Quijingue | 0,722 | | | 4 | | |
| Teofilândia | 0,722 | | | | 1 | |
| Monte Santo | 0,719 | 49 | 2 | 7 | 3 | |
| Valente | 0,705 | | | | | |
| São Domingos | 0,673 | | | | | |
| Retirolândia | 0,652 | | | | | |
| Itiúba | 0,642 | 7 | | 5 | | 1 |

Fonte: GeografAR, UFBA, 2011

Elaboração: ANTON, Rafael (2013).

A tabela 2 indica que o índice de Gini médio do território do Sisal para concentração fundiária é de 0,742, muito significativo, embora um pouco abaixo das médias estadual e nacional. A presença significativa de diferentes movimentos sociais chama a atenção, especialmente a grande quantidade de comunidades de fundo e fecho de pasto no município de Monte Santo.

Percebe-se a quantidade expressiva de movimentos sociais nos dois territórios, o que denota uma grave exclusão do acesso à terra por parte de uma parcela significativa da população do campo. Destaca-se Serrinha, que possui índice de 0,82 – muito concentrado -, mas possui apenas um acampamento, o que demonstra a pouca mobilização dos camponeses em relação à luta pela terra. Inversamente, o município de Itiúba apresenta a menor concentração de terra (índice de 0,642) e um número razoável de assentamentos rurais – 5, em relação aos demais municípios. Conclui-se, portanto que a mobilização e luta pela terra é um mecanismo eficaz para a redução da concentração fundiária.

CONCLUSÃO

As discussões aqui realizadas evidenciam uma grande concentração fundiária na área analisada na pesquisa, que representa bem o alto coeficiente de Gini do estado da Bahia (0,838 de acordo com o GeografAR, UFBA, 2011) e de um modo geral, do Brasil (0,859 de acordo com a mesma base de dados).

Estes dados evidenciam a escolha do Brasil (e, conseqüentemente, do estado da Bahia) por um modelo de desenvolvimento a partir do agronegócio, o que acaba por valorizar as grandes produções latifundiárias, voltando-se, inclusive, para o mercado externo. Este modelo, apesar de deter a preferência política e econômica do país (principalmente pelo fato de que grandes políticos e empresários estão entre os grandes detentores de terra), causa profundos e desastrosos impactos sociais.

Os movimentos sociais representam tão somente a manifestação de uma população que resiste no campo à pressão imposta pelo modelo de desenvolvimento advindo do latifúndio, não desejando se submeter aos problemas sociais mais comuns na cidade. Esta população encontra na união a força que garante a luta por melhorias.

É preciso, com absoluta urgência, que o Brasil, através dos órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, institucionalize a necessária reforma agrária, o que representaria um dos principais artifícios da população nas lutas por melhores condições de vida no meio rural e para a equidade da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTON, Rafael R. B. e ARAÚJO, O. **Movimentos Socioterritoriais nos Territórios de Identidade do Sisal e Piemonte da Diamantina** (Relatório final de pesquisa de iniciação científica). Feira de Santana: UEFS/PPPG, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Ano 8, N. 6, Presidente Prudente, Janeiro/Junho de 2005.

GEOGRAFAR. **Projeto Geografia dos Assentamentos Rurais**-GEOGRAFAR/UFBA. Disponível em: << <http://www.geografar.ufba.br/>>>. Acesso em 11.08.2013.

IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em << www.ibge.gov.br >>. Acesso em 11.08.2013

IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal 2011. Disponível em <<www.ibge.gov.br>>. Acesso em 11.08.2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Contribuição ao estudo da geografia da violência no campo brasileira**. In: SILVA, J. B; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Orgs.)Panorama da geografia brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.